

A educação escolar de Santa Catarina no período do ciclo da erva-mate

Antônio Dias Mafra*

Maria Angélica Cardoso**

Sandino Hoff***

Resumo

Neste artigo, investiga-se a história da produção escolar que se realizou na região da coleta e da industrialização da erva-mate, no estado de Santa Catarina, entre os anos de 1880 e 1920. O estudo tem por lócus o litoral norte e o planalto norte e do estado, onde se situavam a coleta e o beneficiamento da erva-mate. A força não-material da educação escolar utilizou referências e experiências da produção material e se apropriou de métodos e instrumentos adequados ao trabalho de ensino. O objeto de estudo é a investigação das políticas públicas catarinenses e da organização do trabalho didático da instrução primária que seguiu a modernização da instrução pública de São Paulo com a instalação de grupos escolares. Os dados foram levantados na Coleção de Leis do governo catarinense, nas correspondências dos presidentes e dos diretores gerais da instrução pública, nos relatórios governamentais e nos documentos das indústrias ervateiras. Concluiu-se, pela análise da modernização educacional, mediante os grupos escolares, e pelas lutas para superar as contradições, que se travaram na sociedade civil e no estado.

Palavras-chave: História da educação catarinense. Políticas públicas catarinenses. Produção material e produção não-material. Organização do trabalho didático.

* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado *Campus* de Canoinhas; professor da Universidade do Contestado *Campus* de Maфра; profmafra@yahoo.com.br

** Doutoranda em Educação pela Unicamp; Mestre em Educação pela UFMS; angélica.cardoso@terra.com.br

*** Pós-doutor em Educação pela Unicamp; Doutor em Educação pela PUC-SP; Mestre em Educação pela Ufscar; Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra; CEP 89600-000; Joaçaba, SC; sandino.hoff@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscamos analisar o momento da passagem do trabalho manufatureiro para a produção mecanizada da erva-mate em Santa Catarina e, também, investigar a produção escolar nesse transitar. Acompanhamos o movimento da produção material nos campos da coleta e de cancheamento¹ e nas concentrações urbanas onde ocorreram o beneficiamento e a exportação do produto, articulando-o às determinações dos papéis sociais estabelecidas para a instrução pública. Nessa concepção, a força não-material da educação escolar utiliza referências e experiências da produção material e se apropria de métodos e instrumentos adequados ao trabalho de ensino. Dessa maneira, o objeto de estudo é a investigação das políticas públicas catarinenses e da organização do trabalho didático, relacionada ao desenvolvimento econômico do estado. Especificamente, trata-se da história da instrução primária organizada na província de Santa Catarina que, entre 1880 e 1920, seguindo a modernização da instrução pública de São Paulo e de outros estados, efetivou a reforma do ensino.

Saviani e outros (2006, p. 16) entendem que esse período é uma primeira fase do “longo século XX”, que vai de 1890 a 2001, quando se tentou organizar “[...] um sistema orgânico de educação [...]”, cujos requisitos foram:

[...] organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo [...]; construção e manutenção de prédios específicos para funcionar como escolas; dotação e manutenção nesses prédios de toda a infra-estrutura necessária [...]; instituição de um corpo de agentes, com destaque para professores [...]; definição de diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto; organização das escolas na forma de grupos escolares [...]

O trabalho é fruto da análise de documentos: Coleção de Leis do Governo da Província de Santa Catarina, correspondências do Presidente à Província para o Diretor Geral da Instrução Pública e relatórios dos presidentes da Província e de inspetores gerais da instrução pública. A pesquisa serviu-se, também, da es-

tatística escolar oficial e de informações colhidas em documentos das indústrias ervateiras. A periodização (1880 a 1920) permite trabalhar a transição da produção manufatureira da erva-mate para o beneficiamento com máquinas a vapor, considerada como passagem da manufatura para a maquinaria e, a partir dessa expansão, analisar a substituição parcial das casas de escola por grupos escolares; permite, ainda, incluir as escolas isoladas e as escolas reunidas que, nesse período, permaneceram no cenário escolar e se localizavam na região ervateira. Por fim, analisamos a educação escolar antes da vigência do Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Assim, o período de estudo tem seu término nesse Acordo que delimitou a região do planalto norte, parte para o Paraná e parte para Santa Catarina.

Os dados, colhidos de documentos, foram reproduzidos pela abstração científica que os interpelou e interpretou em suas determinações materiais, políticas e pedagógicas, com vista ao entendimento de seu núcleo central. A atuação do poder político, nos vários momentos da realidade histórica da produção do mate, também foi uma determinação investigada.

A organização do trabalho didático da instrução pública, na passagem de uma forma de produção para outra, indicou uma nova instituição escolar pública, identificada com as novas funções que a sociedade do início do século XX impôs à educação escolar, efetivadas com a instalação de grupos escolares. Essa nova instituição escolar representou uma forma de organização do trabalho didático diferenciada da anterior, pois, conforme os historiadores da educação, os grupos escolares continham salões espaçosos para as aulas, gabinete para diretor, salas de depósito e de arrecadação, galpões, museus e materiais que completavam a mobília, como mapas, quadros de Parker, globos, que não existiam nas casas de escola das primeiras letras. Essa nova forma efetivou-se conforme a descrição dos quatro requisitos assinalados por Saviani e outros (2006). Nesses grupos escolares, foi reunida uma boa parte das escolas isoladas.

Este estudo tem por lócus o Litoral Norte de Santa Catarina, onde se situavam as indústrias e as casas de exportação da erva-mate, e o Planalto Norte do Estado, onde se concentravam a coleta, o cancheamento e algumas indústrias do mate.

A metodologia do trabalho seguiu a análise da categoria singular/universal, que capta todos os pormenores da pesquisa e, ao mesmo tempo, compreende

o movimento histórico de caráter orgânico. Dessa maneira, a análise articula as relações recíprocas, num processo constante que vai do singular ao universal, ou seja, a organização da instrução pública é estudada como uma manifestação singular relacionada às determinações gerais da economia e do poder público de Santa Catarina.

2 COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DA ERVA-MATE EM SOLO CATARINENSE

O ciclo da industrialização e da exportação da erva-mate iniciou-se antes na província do Paraná; posteriormente, desenvolveu-se no território atual de Santa Catarina como um prolongamento do estado vizinho, com singularidades, ocorrências e concorrências específicas.

Em 1882, inaugura-se a navegação a vapor no Rio Iguçu, que percorre o Paraná de leste a oeste, contemplando os ervais de ambas as margens consideradas pelos paranaenses como seu território. A concorrência entre as economias dos dois estados desembocou em disputas políticas e em lutas armadas, tendo como causa o controle fiscal exercido por ambos na mesma região. Registraram-se várias lutas relacionadas diretamente à coleta da erva-mate. A questão dos limites entre os dois estados causava contínuos conflitos, como o confronto armado, ocorrido no Planalto catarinense, tendo como fundo o controle fiscal da erva-mate. Escaramuças e mortes ocorreram durante décadas, antes da Guerra do Contestado, isto é, antes de 1912. Padis (1981, p. 60), colocando-se do ponto de vista de seu estudo sobre o cenário do desenvolvimento do Paraná, caracterizou as lutas como resultado do contrabando existente em Santa Catarina. “O governo paranaense tomou providências visando maior fiscalização na região fronteira com Santa Catarina, por onde escoava, ilegalmente, pelo contrabando, grande quantidade do produto.” Na realidade, o ilegal e o contrabando resumiam-se na questão dos limites e na concorrência monopólica que exercia a Companhia Industrial de Joinville, com ramificações de engenhos no Planalto Norte do estado. A erva-mate colhida seguia dessa região para os portos de Paranaguá e Antonina. Os catarinenses, por sua vez, reuniram todas as forças políticas em torno dos limites e procediam de forma ousada na coleta, no

cancheamento e na industrialização da erva-mate e a levavam para Joinville e ao porto de São Francisco. O Acordo dos Limites somente saiu em 1916. A região, compreendida na margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu, passou, por concessão federal, às mãos do monopólio catarinense; assim, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento, Itaiópolis, Rio Preto, Mafra, Lençol, Rio Preto, Vila Nova do Timbó, Três Barras, Canoinhas, Marcílio Dias, Valões e Porto União. Os sertanejos, que ali residiam “quebrando” erva-mate e cultivando víveres, foram expropriados de suas terras, posto que estas lhes pertenciam por força da Lei da Terra de 1850.

Em 1890, empresários de Joinville reuniram-se e criaram a moderna Companhia Industrial. Conseguiram do governo federal a concessão de todos os ervais do atual estado de Santa Catarina. Apropriaram-se dos ervais e expropriaram os sertanejos de seu sustento principal. O professor Mafra (2008) está pesquisando, em sua dissertação, a expropriação dos ervais e a concessão governamental por 20 anos à Companhia Industrial. A expropriação dos sertanejos de suas terras e de seus ervais foi um dos motivos que o professor Mafra² (2008) atribui à eclosão da Guerra do Contestado. As duas expropriações foram absolutamente necessárias à Cia. Industrial, pois lhe dava o controle sobre a matéria-prima e a subsunção real do trabalho sertanejo.

Um segundo motivo foi a concessão das terras e dos ervais a companhias catarinenses, a Colonizadora e a Industrial que, em inícios do século XX, representavam a maior potência financeira de Santa Catarina. Em virtude das disputas e conflitos de interesses ervateiros, rompeu-se o acordo que estava formado, desde o final do século XIX, entre a área de Joinville e Curitiba. A Companhia Industrial, em 1915, dividiu-se, reorganizando-se em empresas particulares menores. Diversos fatores influenciaram nessa decisão: a Primeira Guerra Mundial, pois a guerra dos monopólios trouxe a queda geral das exportações; a Guerra do Contestado, quando os caboclos, ao perderem seu território livre, seus ervais e serem reduzidos ao trabalho assalariado, manifestaram seu descontentamento com armas na mão. A diminuição dos ervais naturais e o cultivo do *ilex paraguayensis* pelos argentinos em seu território, pois a empresa catarinense não conseguia conviver com uma concorrência que não fosse monopólica.

Ainda no século XIX, verificou-se que as atividades econômicas, desenvolvidas tanto no Paraná, a partir de 1880, quanto em Santa Catarina, a partir de

1890, diminuíram suas bases manufatureiras de produção e aumentou a indústria mecanizada, passando a receber total influência modernizadora dos centros portuários do Brasil, da Argentina e do Chile. Padis (1981, p. 54) afirma que “Procurava-se melhorar consideravelmente a qualidade de seu produto, inovando tecnologicamente os engenhos. [...] Assim, é que se começou a generalizar a substituição dos engenhos hidráulicos pelos a vapor.” O crescimento industrial deu-se por obra dessa nova tecnologia e do incentivo financeiro dos governos aos empresários.

A estrada Dona Francisca, denominada Rodovia do Mate, partindo de Joinville para Rio Negro, no Paraná, estava em construção em 1888. Em 1873, iniciou-se a Colônia Agrícola São Bento, no Planalto catarinense, dando fluxo aos carroções carregados de erva-mate em rama ou cancheada. Em fins do século XIX, da Serra desciam as carroças típicas, de quatro rodas e com toldas brancas, puxadas por seis cavalos. Levavam imigrantes e seus pertences rumo à Serra e ao Planalto e voltavam com pesadas cargas de erva-mate.

O beneficiamento e a exportação da erva-mate estavam ligados aos comerciantes de Joinville, que fecharam negócios de exportação com a Argentina e o Chile. O maior deles foi o Sr. Abdon Baptista³ – a Cia. Industrial –, que manteve uma linha regular de navios ingleses com cargas, do porto de São Francisco até Valparaíso. Ele desempenhou quase todos os cargos públicos: foi juiz de paz, vereador, presidente da câmara, prefeito de Joinville, deputado provincial, depois estadual e vice-governador de Santa Catarina, além de ocupar o cargo de governador por vários meses. Foi, ainda, deputado federal e senador da República. Uma das importantes iniciativas de Abdon Baptista foi indicar ao amigo prefeito Schneider a contratação do professor paulista Orestes para dirigir o Colégio Municipal.

As malhas de transporte, rodovias, ferrovias e vapores, possibilitaram o comércio. As linhas ferroviárias Joinville – São Francisco, Joinville – Porto União e Porto União – Santa Maria, RS, especialmente as duas primeiras, relacionaram-se diretamente ao mate. Em São Bento, criaram-se engenhos nas localidades de Lençol e Oxford. Havia entrepostos de erva-mate em Mato Preto, Encruzilhada, Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó. As concessões a Manoel Gonsalves da Rosa e a Amazonas de Araújo Marcondes, nos rios Negro e Iguaçu, completaram as rotas de transporte.

Mais de oitocentas carroças levavam a Joinville, cerro abaixo, pesados fardos (BACHL, 1951, p. 87-88). Em carta endereçada ao administrador dos bens da Casa Orleans, em Paris, junho de 1879, Frederico Bruestlein cita a erva-mate como fator preponderante no desenvolvimento de Joinville. Sendo administrador da Colônia Dona Francisca, relatou o seguinte: “Tem mais 8 fábricas para beneficiamento da erva-mate, 3 em Joinville movidas a vapor (7 a 10 cavalos) e 5 na estrada Dona Francisca, movidas à água. Cada engenho emprega cinco a dez trabalhadores.” (FICKER, 1965, p. 316). Da exportação, passou-se para a construção de engenhos e, com a industrialização da erva-mate, tornou-se Joinville centro industrial e comercial e a mais importante praça do produto. Foram fundados grandes estabelecimentos comerciais, sob orientação de brasileiros que preponderaram na política local e na província (FICKER, 1965, p. 311). Para completar o movimento comercial, Joinville fez-se valer nos órgãos públicos e obteve, em 1906, a construção da estrada de ferro ligando São Francisco do Sul a Joinville, como parte do ramal São Francisco – Porto União.

A erva-mate foi, inicialmente, o grande fator de atração e a principal atividade, no final do século XIX. Tendo preços compensadores, representava riqueza e prosperidade para a região. Na época das safras, inúmeras levas de trabalhadores dos municípios vizinhos e do Paraná deslocavam-se para os ervaís. A necessidade de guardar a erva beneficiada levou à construção de grandes armazéns.

Há imensa população empregada no corte, amontoamento, sapecamento, quebramento, enfeixamento, encarijamento, seca, malhamento ou cancheamento, pesagem e ensacamento da erva-mate. Apesar de ser uma das principais fontes de riqueza de uma vasta região do Estado, a erva (*Ilex paraguayensis*) é industrializada pelos processos primitivos. Até hoje nenhum aperfeiçoamento tiveram. (SILVA, 1941, p. 3-6).

Como percebemos, a divisão do trabalho estava presente nos campos ervateiros. Nessa investigação, posto que estabelecemos a produção ervateira nos limites compreendidos entre a manufatura e a maquinaria, entendemos que o trabalho da erva-mate, especificamente no cancheamento, foi organizado nos

moldes da divisão do trabalho, marcada fortemente pela especialização, como a descreve anteriormente o historiador Silva (1941). Centeno (2007, p. 147) levanta essa questão pela primeira vez, referindo-se ao trabalho nos ervais matogrossenses. “As manufaturas foram adotados [...] sobretudo, por necessidade técnica, de aprimoramento do trabalho. O trabalhador especialista desenvolve mais rapidamente seu trabalho e, ao especializar-se somente nele, o faz mais rapidamente”.

Silva (1941, p. 44) descreve um processo antigo de um trabalho especializado:

Com efeito, o carijo – rancho de pau a pique com um girau de mais ou menos dois metros de altura, que recebe a erva para a seca, produzida com o calor do fogo que é feito em baixo e o barbaquá – uma caverna de alguns metros de comprimento, edificada com tijolos ou simplesmente feita com se fosse um túnel, onde se acende fogo para que o calor irradie à extremidade onde está o secador, são processos primários, rudimentares. Outro fato que merece registro é não ter Canoinhas uma fábrica de beneficiamento do produto.

O beneficiamento da erva realizava-se com força hidráulica até 1890 e com força a vapor, nos moldes de maquinaria, no início do século XX. A transição da produção manufatureira para a modernização ocorreu no Planalto paranaense pelo menos uma década antes do que a de Joinville.

Wachowicz (1968, p. 103) refere-se à coleta, ao cancheamento e ao transporte da erva-mate realizados pela mão-de-obra escrava, na província do Paraná. Em Santa Catarina, não se tem notícia de que o trabalho tenha sido realizado pelos escravos, pois o ciclo ervateiro catarinense iniciou-se somente depois da Abolição e utilizava o trabalho livre, inclusive o dos imigrantes alemães e ucranianos. As informações procedentes das indústrias de Joinville dão conta de que a coleta e o sapeco eram realizados na região ervateira do Sul do Paraná e do Planalto Norte de Santa Catarina. A erva, assim semi-elaborada, já era, em parte, beneficiada no Planalto, conforme pesquisou o professor Mafra (2008) em sua dissertação. De Joinville, era exportada no Porto de São Francisco. Joinville montou toda uma estrutura para atender à industrialização e ao comércio do mate.

2.1 A ESCOLA DE APRENDIZES E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA

Os relatórios dos presidentes da província e dos governadores do estado foram analisados por Gonçalves (2004), de cuja obra faremos aqui um pequeno resumo no que diz respeito ao desenvolvimento material e educacional, efetuado entre 1880 e 1920.

Na década de 1880, a indústria catarinense estava no início de seu processo, com destaque de três ramos: no Vale do Itajaí, predominaram a indústria têxtil e a alimentícia; no Sul do estado, o carvão; no Vale do Rio do Peixe, a madeira; em Joinville e NE catarinense, madeira e erva-mate.

A construção de estradas representava a expansão do Planalto Norte que viria a se especializar no fator de sucesso econômico de Joinville: madeira e mate. A Estrada Dona Francisca foi fundamental nesse desenvolvimento.

Os relatórios dos presidentes contêm poucas informações sobre essa década; são omissos, incompletos e dirigidos a acontecimentos considerados importantes para os governos (GONÇALVES, 2004, p. 47); não estão disponíveis ou em más condições (GONÇALVES, 2004 p. 35). A pesquisadora constatou a existência de poucas indústrias, na década de 1880. Os governos enfrentavam déficits financeiros, com saldo provincial insuficiente para as demandas normais, como estradas, hospitais, obras públicas e funcionalismo. A instrução pública está praticamente ausente nos relatórios.

Os governantes republicanos apresentaram um discurso moderno, civilizatório e higienista sobre a educação escolar, mas com pouca efetividade prática. O pesquisador da década de 1890 também enfrenta dificuldades em encontrar informações governamentais, pois são omissas, parciais, não-reveladas e não-confiáveis; em todos os anos, os relatórios reafirmavam que as contas estavam controladas, embora não apresentassem a comprovação. Da tese de Gonçalves (2004, p. 51) retiramos algum otimismo quanto à primeira década republicana: a lavoura produziu mais no final desse período; as indústrias progrediram e aumentou a malha viária e ferroviária.

No início do século XX, acelerou-se o processo de consolidação da indústria como resultado das medidas catarinenses geradas pelo zelo administrativo

de Campos Sales (1898 – 1902) em nível nacional, com a finalidade de sanear as contas públicas. Os governos catarinenses conseguiram aumentar a receita, investir em obras públicas e desenvolver o estado. Em 1908, o principal produto exportado foi o mate. Gonçalves (2004, p. 23) escreve que a exportação aumentou, alcançando o valor de 6:891:976\$503 em 1910 e subindo, nos anos seguintes, a um total de 35:000:000\$000, em 1919.

Um dos indicadores do desenvolvimento industrial de Santa Catarina poderia ter sido a instalação da Escola de Aprendizes Artífices em Florianópolis. O anteprojeto de lei da criação dessas escolas foi proposto pelo Congresso da Instrução Pública, realizado em 1906, no Rio de Janeiro, com a finalidade de, entre outras funções, preparar a mão-de-obra industrial. O presidente Nilo Peçanha (apud WOYCEK, 2001, p. 5), em mensagem presidencial (1909), afirmou que o “[...] ensino profissional e técnico é necessário ao progresso da lavoura, do comércio, indústrias e artes.” Assinou o Decreto n. 7.566/1909 que produziu Escolas de Aprendizes em todos os estados. O presidente agia de acordo com o industrialismo, capaz de promover o desenvolvimento e progresso ao país. Santos (2003, p. 212) escreve:

A ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica. O pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais, pela iniciativa do presidente da república, Nilo Peçanha.

A implantação da Escola em Florianópolis foi inadequada, formando apenas “ofícios artesanais”, em vez de mão-de-obra industrial. Continuou inadequada durante duas décadas, porque se preocupou com a integração da instrução geral com a profissional. Frequentada por filhos de proletários e pobres de Florianópolis, o diretor ajustava o ingresso de aprendizes aos mercados locais de trabalho: marceneiros, alfaiates, sapateiros, encadernadores, serralheiros, funileiros, trabalhadores de selarias. A inadequação, porém, refere-se, principalmente, à instalação da escola em Florianópolis, onde não se localizavam os centros industriais porque a indústria têxtil estava no Vale do Itajaí; a carbonífera, no Sul do estado e as indústrias ervateiras e madeireiras, no

interior do estado. Parece-nos que essa foi a inadequação principal da Escola instalada em 1910.

Nas condições de criação da Escola de Aprendizes Artífices em Florianópolis, concluímos pouco em favor do desenvolvimento industrial do estado. É difícil afirmar que a escola tenha colaborado com o que Almeida (2005, p. 79) denomina de terceira fase da indústria do mate: maior uso das máquinas a vapor para substituir a força hidráulica e a introdução de processos automáticos de acondicionamento e colocação de tampas como o marcador mecânico. A Escola não colaborou diretamente com a formação de mão-de-obra das indústrias. A indústria de mate exigia uma formação auxiliar de tanoaria e a produção de barricas; a de madeira exigia trabalhadores especializados em marcenaria, serralheria para produção de móveis e fósforos.

Para termos uma visão sobre o pensamento modernizador de Santa Catarina, destacamos a figura progressista de Vidal José de Oliveira Ramos. Seu tino político captou o pensamento progressista dos empresários ao assumir o Governo do Estado de 1910 a 1914, uma vez que ele não aumentou os impostos, manteve o equilíbrio das contas e realizou obras públicas, incluindo a construção e a manutenção de prédios escolares.

3 ALGUNS ASPECTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1890 – 1915)

Saviani e outros (2006, p. 13) demonstram que, no caso brasileiro, as mudanças mais decisivas no plano econômico, social, político, cultural e educacional situam-se nas duas últimas décadas do século XIX. Coube ao estado de São Paulo “[...] dar a largada no processo de organização e implantação da instrução pública, em sentido próprio, o que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial.” (SAVIANI et al., 2006, p. 23). A grande inovação consistiu na instituição dos grupos escolares. Estes ocorreram um pouco mais tarde em Santa Catarina, ou seja, no início da segunda década do século XX. Já em fins do século XIX, percebemos um discurso moderno por parte das autoridades provinciais, sem muita realização e sem nenhuma presença efetiva e direta dos fabricantes do mate, da indústria têxtil e da indústria carbonífera na promoção educacional. A transição da antiga forma de educar para um

novo modo demonstrou somente áreas de modernização, prevalecendo, na prática, a instituição da escola isolada de primeiras letras. O processo de criação e de estabelecimento de casas de escolas, que imperava anteriormente e continuava a existir em parte depois da criação dos grupos escolares, era bastante simples. Bastava um professor, qualificado ou não, ou um grupo de moradores de determinada freguesia ou vila, solicitar a criação de uma casa escolar de instrução primária, e as autoridades governamentais determinavam o funcionamento, dotando um pequeno orçamento para pagamento do professor. O governo fiscalizava as casas de escolas e lhes concedia alguns poucos materiais pedagógicos, estes nem sempre garantidos, conforme os Relatórios dos Presidentes da Província. A mobília era formada por bancos rudes, sem encosto, caixotes que serviam de mesa, sem higiene escolar. O grupo escolar, por sua vez, no dizer de Saviani e outros (2006, p. 25):

[...] tinha um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade, essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais.

O governador Vidal Ramos, em 1910, na Lei n. 846, estabeleceu a reforma do ensino em Santa Catarina, cuja função principal foi a reorganização do ensino primário: reformular o ensino público consoante com os moldes modernos dos processos pedagógicos. Nessa finalidade, contratou professores de reconhecida competência para administrar os grupos escolares; suprimiu as escolas públicas existentes nas cidades, reuniu-os em grupos escolares e fez construir edifícios escolares, de acordo com o que estava prescrito no artigo 2º da Lei (SANTA CATHARINA, 1910). No estado, os primeiros grupos escolares foram construídos não por governantes empresários do mate que tinham o poder político na mão, no início do século XX, mas por Vidal Ramos, um político que vinha da região de Lages, cujo governo se caracterizou pela modernização.

Dessa forma, adentramos na modernização da educação escolar ocorrida na República. O início da modernização da instrução pública primária ocorreu, modestamente, no norte do estado de Santa Catarina, cujo centro,

Joinville, estava muito ligado às transformações econômicas. Teve como reformador Orestes de Oliveira Guimarães, contratado pelo grupo político no poder em 1907, especificamente pelo prefeito Oscar Schneider (1907–1910) e por Abdon Batista, coronel político, líder do Conselho dos Intendentes, dono da Abdon Batista & Cia e sócio da Companhia Industrial, denominada Oligarca do mate. O professor paulista foi nomeado diretor do Colégio Municipal de Joinville, em 1907, e procurou pôr em prática uma nova organização do ensino público primário numa perspectiva moderna de educação, de acordo com as diretrizes do ensino primário do estado de São Paulo, onde ele atuava. Tudo indica que Orestes não conseguiu fazer a reforma por falta de recursos financeiros: “Deixo de o fazer devido à inoportunidade.” (GUIMARÃES, 1909, p. 1). Assim, o primeiro grupo escolar de Santa Catarina foi inaugurado em Joinville:

Com a morte do Padre Carlos em dezembro de 1906, o Superintendente Municipal, Sr Abdon Baptista mandou buscar o professor Orestes Guimarães, o qual foi contratado para inaugurar e dirigir por dois anos o “Colégio de Joinville” que iniciou as aulas em 6 de abril de 1907, com 348 alunos, tendo aulas das 9 horas às 14 horas e 30 minutos. (JORNAL DO COMMERCIO, 1911, p. 1).

No mesmo dia, o jornal acrescenta a informação referente à transformação do colégio em grupo escolar.

Para adquirir característica de grupo escolar, o Colégio Municipal de Joinville passou por uma sensível modificação, ficando com oito salões espaçosos para aulas, um gabinete para o director, salas de depósito e arrecadação e galpões para os dias cálidos ou chuvosos. O edificio será forrado e novamente pintado e caiado e terá um porteiro e um servente. (Jornal do Commercio, 1911, p. 1).

Orestes havia introduzido os quadros negros nas paredes das classes, com o objetivo de facilitar “[...] muitíssimo o ensino de todas as matérias, principalmente aquellas que dependerem do processo tabulário.” (GUIMARÃES, 1909, p. 15). Além desses, outros materiais completavam a mobília escolar – carteira e

cadeira individuais para os alunos –, o que era encarado como fator de higiene e disciplina. Orestes, porém, criticou a reforma do Collegio Municipal de Joinville “[...] visto a mobília actual ser a mais anti-higiênica, incommoda e imprópria á disciplina [...]” (GUIMARÃES, 1909, p. 15), acrescentando que a criança não aprende quando sentada durante cinco horas em cima de “[...] taboas duras e sem encosto.” Orestes retornou a Taubaté em 1909.

Em 1910, volta a Santa Catarina na condição de Inspetor Geral da Instrução – em novo entendimento entre as administrações dos dois estados – para dar nova organização ao ensino público primário do estado. O convite foi do governador Vidal Ramos, pertencente à família dos campos de Lages, que construiu seis grandes grupos escolares e converteu o Colégio Municipal de Joinville – considerado, em 1909, pela imprensa de Joinville, como primeiro grupo escolar do estado, graças às reformas que Orestes empreendeu, quando de sua primeira trajetória por Santa Catarina – em G. E. Conselheiro Mafra, agora sim elevado a primeiro grupo do estado. Os autores e os arquivos históricos dos grupos escolares são unânimes em estabelecer a seqüência da instalação dessas escolas: Grupo Escolar Conselheiro Mafra (novembro de 1911, em Joinville), G. E. Jerônimo Coelho (10 de dezembro de 1911, em Laguna), G. E. Lauro Muller (24 de dezembro de 1912, em Florianópolis), G. E. Vidal Ramos, o mais suntuoso dos prédios escolares (20 de maio de 1913, na terra natal do governador, Lages), G. E. Silveira de Souza (28 de setembro de 1913, em Florianópolis), G. E. Vítor Meireles (4 de dezembro de 1913, em Itajaí) e G. E. Luiz Delfino (30 de dezembro de 1913, em Blumenau). Fiori (1991) cita o G. E. Vidal Ramos como primeiro do estado, Santos lista o G. E. Lauro Muller como segundo prédio escolar instalado em Santa Catarina, mas os dados parecem favorecer a seqüência anterior.

Saviani e outros (2006) descreveram os critérios estabelecidos para um grupo escolar, em seis aspectos, cujo resumo está na introdução deste artigo. Os grupos escolares catarinenses seguiram esses critérios, a iniciar com um sistema centralizado, regido pelo inspetor geral do ensino, o próprio professor Orestes. Na mensagem ao congresso representativo pelo então governador, em 23 de julho de 1911, os grupos escolares deviam ser construídos de forma a ter conforto, luz, ventilação, higiene. A arquitetura dos prédios escolares devia favorecer a higiene e o conforto. Segundo o Regulamento Interno dos grupos escolares de 1914, cada

edifício deveria ter, no mínimo, oito salões para cada uma das quatro classes das seções masculina e feminina. Além dos salões, deveria haver um gabinete para o diretor e outro para o museu escolar, um cômodo para a portaria, biblioteca, cozinha, banheiros, pátios arborizados, pátio interno e fachada dos grupos escolares. A matrícula era específica por gênero. Alguns aspectos pedagógicos podem ser destacados, segundo o Regulamento Interno dos Grupos Escolares de 1914: os recreios das seções feminina e masculina deveriam ser inteiramente separados; as classes da seção feminina só poderiam ser regidas por professoras, já as masculinas poderiam ser ministradas por professores ou professoras e cada classe poderia funcionar com até cinquenta alunos. O prédio escolar deveria apresentar uma simetria bilateral, de modo que a seção masculina e a feminina ficassem em lados opostos, separadas por um pátio interno, com compartimentos internos espaçosos, arejados, com amplas janelas, de modo que a claridade incidisse adequadamente na carteira do aluno. Poderia ter de oito a doze salas de aulas, metade para cada seção, além das salas de depósito, galpões e gabinete do diretor (NÓBREGA, 2000, p. 1).

Orestes introduziu nos grupos escolares o que considerava de fundamental importância. Para ele, a organização da escola moderna apoiava-se nos itens seguintes: prédio escolar, mobília escolar, material escolar, livros didáticos, disciplina, ensino e programa. Equipou os grupos escolares com o gabinete de física e química, o museu natural, mapas murais para o ensino de ciências naturais, mapas para o ensino de geografia, globo terrestre, quadros de Parker para o cálculo mental. Esse material escolar serviria de apoio para a aplicação das lições de coisas que realizava o ensino a partir do objeto concreto, da coisa, ou de sua representação material para, depois, chegar-se à sua conceituação. Afirma Guimarães (1909, p. 16) que “Este material adoptado nas escolas de S. Paulo, feito sob a direcção do Pedagogium Brasileiro, é dos melhores e resiste a qualquer critica, como material didactico.”

A “litteratura didactica” – isto é, o manual didático – deveria caracterizar-se por ser “[...] attrahente, facil, seriada, passional proporcionalmente ás forças do alumno, enfim, correcta, quanto a forma e quanto ao fim.” (GUIMARÃES, 1909, p. 17). Era fundamental porque “[...] com um livro de leitura escolhido, o professor faz a leitura propriamente, a linguagem, a historia, a geographia, a educação civica e pode dar amplas licções de cousas.” (GUIMARÃES, 1909, p. 23).

A disciplina é outro elemento essencial na racionalidade da “moderna pedagogia” à medida que ela, além de expressar certa visão de comportamento social, tornaria possível a aplicação do ensino simultâneo, em oposição ao ensino individual e ao ensino mútuo. Guimarães (1909, p. 23) assim se expressa a respeito: “Fonte de inextinguíveis aproveitamentos educativos; base geral e primordial das organizações escolares: – ordem para ter progresso – é, pois para a disciplina que deve convergir as vistas de todos os directores a par do ensino propriamente dito.” Orestes baseou-se, principalmente, na divisão do trabalho, seriação do ensino e na uniformização do período de matrículas, destacando um professor responsável para cada classe de alunos. A disciplina deveria ser determinada pelo poder público. Daí, a grande difusão com a reforma de regulamentos, regimentos internos, etc.

Registramos aqui a preocupação pela renovação escolar de Vidal Ramos, pertencente à aristocracia rural, e o pouco interesse dos empresários modernos de Joinville, o prefeito Oscar Schneider, Abdon Batista e empresários argentinos que atuavam em Joinville.

A partir de 1915, foi criado um tipo de escola intermediária entre as escolas isoladas e os grupos escolares, denominadas escolas reunidas. As escolas isoladas de primeiras letras e as escolas reunidas continuavam em funcionamento no estado ao lado dos grupos escolares. Em 1930, fora de nosso período de estudo, apareceram os primeiros grupos escolares para a periferia, mediante poucos recursos e em prédios mais simples; as escolas reunidas transformaram-se em grupos escolares de pequeno porte.

Sabemos da dificuldade que o centro industrial de Joinville enfrentou para obter seu grupo escolar. Apesar de ser o primeiro do estado, não foi efetivamente criado pelos governantes empresários, mas pelo governador da gestão posterior. Na vasta região do território dos ervais, ao longo dos rios Negro e Iguaçu e da Estrada Dona Francisca, estavam localizadas as escolas de primeiras letras. A tabela, elaborada por Thomé ([2004], p. 60), registra escolas paranaenses de instrução primária, públicas e subvencionadas pelo estado, em Itaiópolis, num total de duzentas e cinquenta e três matrículas, em 1914; quarenta e oito matrículas em Três Barras no mesmo ano.

Em Canoinhas, uma escola particular foi criada por Roberto Ehlke, em 1907; os poloneses fundaram uma escola em Salto do Água Verde, em 1908; em

1912, o governador Vidal Ramos criou duas escolas públicas isoladas no município recém-criado Santa Cruz de Canoinhas. Outra escola particular apareceu em Canoinhas com o professor Manoel da Silva Quadros, em 1912 (THOMÉ, [2004], p. 69-70). Em 1916, foi fundada a Sociedade Escolar São Bernardo, mantenedora da Escola Alemã de Marcílio Dias.

Em Porto União da Vitória, o professor Colaço ministrava aulas entre 1868 e 1877 no local onde funcionaria, mais tarde, o Colégio Santos Anjos. O segundo mestre-escola do século XIX em Canoinhas foi Cipriano Mendes Sampaio, que atuou até 1888. Em 1885: aulas do professor Rodolfo Boese; 1886: aulas do professor Líbero Teixeira Braga; 1887: Escola Alemã; 1891: o Paraná criou a primeira escola de instrução primária estadual; 1894: José Cleto da Silva ministrava aulas; 1907: Escola Legru; 1910: Escola italiana; 1913: Colégio Estadual Serapião do Nascimento, criado pelo Paraná; 1917: Santa Catarina criou as escolas reunidas Professor Balduino Cardoso, com ensino de 1ª a 4ª série (foi transferido, em 1917, à União da Vitória); 1916: Escola Isolada Quaty, numa madeireira da Serra de São Luís; 1917: Colégio Santos Anjos (THOMÉ, [2004], p. 70-74).

Em Mafra, a Escola Alemã surgiu em 1898; em 1918, o colégio particular da professora Enóe da Silva Schutel (THOMÉ, [2004], p. 75).

4 CONCLUSÃO

A primeira idéia conclusiva é a de uma forte participação do governo Vidal Ramos na modernização das escolas, instalando grupos escolares nas cidades mais importantes do estado. Não queremos fazer uma história de personagens, mas de integrar no governador a idéia de modernização que corria no país. A Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910, sancionada por ele, trata sobre a reforma do ensino público, mas destina-se, sobretudo, à reorganização do ensino primário, especialmente o público. Guimarães (1911, p. 11) confirma isso no parecer sobre as obras didáticas, acerca do Estado:

[...] não existe adopção de obras didacticas convenientes e oficialmente systematisadas, [...] foi oportuno o grande empreendimento de Vossa Excellencia iniciando a reforma da instrucção publica, isto é, do ensino primário.

Segundo a Lei, ficou determinado que o ensino público seria ministrado, no estado de Santa Catarina, em escolas ambulantes, escolas isoladas, grupos escolares e escola normal. As três primeiras modalidades de escolas eram dirigidas à escolarização da infância catarinense; a última, à formação dos docentes que atuariam nas escolas, sobretudo nos grupos escolares.

A Lei também relatava as atribuições dadas ao Poder Executivo:

Artigo 2 – Fica o Poder Executivo autorizado: a) A reorganizar o ensino público de acordo com os moldes modernos processos pedagógicos. b) A contratar, onde for mais conveniente, até três professores de reconhecida competência, para dirigirem os primeiros grupos escolares. [...] c) A dar nova organização a atual Escola Normal. d) A suprimir as escolas públicas atualmente existentes no perímetro urbano da Capital, bem como as de qualquer outro município. [...] e) A mandar construir nesta Capital, e onde for mais convenientes, edifícios para grupos escolares [...] (SANTA CATHARINA, 1910).

No Decreto n. 585, de 19 de abril de 1911, o governador legitima sua ação mediante Regulamento da Instrução Pública (SANTA CATHARINA, 1910), definindo que a direção suprema do ensino cabe ao Governador do Estado, que tem como auxiliares: o Secretário Geral; o Inspetor Geral do Ensino, em comissão; o Diretor da Instrução Pública; os Inspectores Escolares e os Chefes Escolares. O cargo de Inspetor Geral do Ensino foi ocupado pelo professor Orestes Guimarães.

Como observamos, a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo exposta por Saviani e outros (2006) encontra-se presente nos documentos oficiais de Santa Catarina. A descrição feita sobre o prédio escolar, os agentes e a organização das escolas, na forma de grupos escolares, revela a sintonia de Orestes Guimarães com as normas pedagógicas e higiênicas dos grupos escolares criados por Caetano de Campos. A organização do trabalho didático, em moldes de seriação e de divisão do trabalho, com a utilização específica de manuais didáticos, está proposta por Orestes e efetivada nos grupos escolares. Essa efetivação moderna da educação escolar não se deve aos empresários modernos de Santa Catarina – fator investigado também no estado do Paraná –,

mas à emergência de um novo horizonte cultural, proveniente das atividades do mundo mercantil.

Podemos concluir que a organização do trabalho didático dos grupos escolares de Santa Catarina tem presente os aspectos de:

- a) relação entre professor/aluno: um professor para cinquenta alunos, com ênfase à disciplina e à aprendizagem coletiva;
- b) aquisição de conhecimentos a partir de uma definição curricular centralizada, mediante o uso do manual didático;
- c) a ação educativa acontece num espaço físico bem adequado, onde se reúnem os alunos e aprendem a mesma lição ao mesmo tempo.

Educadores e pesquisadores acentuam a inovação educacional com a instalação de grupos escolares. Entendemos que essa inovação deve ser analisada como a expressão mais acabada da organização do trabalho didático, instituída por Ratke e por Comenius no século XVII. A organização manufatureira do trabalho didático, ao contrário do ensino medieval de preceptor/discípulo ministrado com trechos de livros clássicos, assim se resume: um só professor ensina a mesma lição a cinquenta ou mais alunos, no mesmo local, ao mesmo tempo, com idêntico instrumento de trabalho, o manual didático e com o método intuitivo; essa organização do trabalho didático é mais eficiente, mais barata e custa menos.

A modernização da educação escolar, nos primeiros anos do século XX, adensa-se numa nova instituição educacional; no entanto, ela não representou uma nova forma de organização do trabalho didático, pois, uma vez que tenha sido uma instrução pública bem-instituída em forma de grupos escolares, manteve a mesma organização do trabalho manufatureiro estabelecida por Ratke e Comenius no século XVII.

Uma segunda conclusão é posta a partir das escolas isoladas e das escolas reunidas que conviviam com os grupos escolares. A permanência dessas escolas de primeiras letras, entre outras, tem a seguinte explicação.

A coleta e a produção manufatureira da erva-mate exigiam mão-de-obra braçal intensa, em final do século XIX. A busca por um aumento de bens fez com que famílias inteiras, pais, jovens, crianças e idosos se dedicassem ao serviço da coleta e do trabalho nos engenhos. Essa indicação ajusta-se a esse momento: o trabalho intensificado e prolongado, tal como ocorria na manufatura do

cancheamento da erva-mate, não requeria uma consciência de educação escolar. Miguel e Saiz (2006, p. 41) referem-se ao corte temporal por ela estudada no Paraná e escrevem que a questão da instrução não era vista como necessária. A mesma indicação foi feita por Hoff, Fadel e Leal (1984) em estudo, que analisou o movimento da colonização do norte do Paraná, a partir de 1940: o trabalho intensificado e prolongado da família não motivou a educação escolar. Somente quando a região urbana – no caso do estudo de Hoff, Fadel e Leal (1984), os municípios de Mandaguari e Maringá – começa a oferecer serviços e empregos é que a educação é valorizada pela população. A análise da inviabilidade da escolarização nesses municípios, antes da década de cinquenta, foi explicada por dois motivos: o fato de os habitantes nas regiões pioneiras não terem envolvimento com a mercadoria, com o comércio e com as casas comerciais e o fato de que a intensificação do trabalho exigia o esforço familiar com o intuito de adquirir os mínimos vitais para a sobrevivência da família (HOFF; FADEL; LEAL, 1984, p. 22). Tão logo que se impôs a comercialização do excedente, houve a “grita pela educação escolar” nas áreas urbanas.

Voltando ao período de nosso estudo, temos que o trabalhador, ocupado com a coleta de erva-mate e o trabalho manufatureiro de cancheamento, não se motivou a efetivar a instrução pública das crianças; logo, o governo também não atendeu. O pouco desenvolvimento populacional das regiões e o pequeno interesse pela escolarização mantiveram as escolas isoladas. A única escola reunida implantada na área de nossa pesquisa reflete o pouco tempo de vigência da escola reunida (1915), antes do Acordo dos Limites, que ocorreu em 1916-1917.

A proximidade do beneficiamento realizado por máquinas a vapor ocasionou o contato direto da população com a industrialização do mate e com as casas comerciais e formou uma consciência voltada à economia e ao mercado que criou, também, as condições materiais para a consciência de escolarização entre a população.

A transição da produção manufatureira para a maquinaria adquiriu ares de modernização escolar, observados na região catarinense de Joinville. A modernização do beneficiamento do mate exigiu que se instalassem escolas profissionais, no início do século XX. A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina poderia ser enquadrada para formar o trabalhador das indústrias. Em Santa Catarina, no entanto, não houve interesse por parte das indústrias da região de Joinville

(erva-mate), de Criciúma (carvão) e do Vale do Itajaí (alimentos e indústria têxtil). A Escola instalou-se em Florianópolis, onde não havia indústria.

A superação das escolas isoladas e das escolas reunidas aconteceu quando emergiram atividades práticas do mercado que criam um novo horizonte cultural entre a população. Em 1930, as escolas reunidas foram transformadas em grupos escolares para o povo de pequeno porte.

A simplificação do trabalho com a introdução da maquinaria diferenciava-se do trabalho intensificado e prolongado na captura e no transporte da erva-mate que não exigia nenhuma qualificação. Explicamos o movimento de modernização com as palavras de Fernandes (1981, p. 102): “A emergência de um novo horizonte cultural no meio dos homens de negócios, inseridos nas atividades práticas do mundo mercantil.” Nossa pesquisa constata que, até 1915, não houve a intervenção dos homens de negócios diretamente na educação, posto que houvesse uma procura pela educação escolar quando as cidades passaram a exigir funcionários, trabalhadores nos portos e nas casas comerciais em Joinville, como ocorreu, na década de 1940, em terras recém-abertas no norte do Paraná, onde as famílias ficaram mais envolvidas nas atividades e funções da produção e comercialização. A educação escolar tornou-se mais importante do que o fora na época do trabalho braçal intensificado e prolongado. Na região do monopólio catarinense do mate, o pensamento aflorou mais rapidamente na sociedade civil e na compreensão do Estado, como percebemos pela fiscalização e controle de qualidade e acondicionamento do mate que o governo realizou; ainda pelos prêmios para os inventores de novas tecnologias e pelo financiamento de máquinas a vapor.

O relativo aumento de instalações escolares, de oferecimento de matrículas novas e, também, a tentativa de colocar a educação em nível de teorias consideradas modernas referem-se ao novo horizonte do pensamento burguês proveniente da modernização da indústria do mate, no caso deste estudo, e refletem-se, principalmente, nas cidades em que a população convive com o mercado nacional e internacional.

Os industriais determinam os recursos financeiros para o capital produtivo, e não para a modernização escolar. Quanto maior o contato com os portos e o mercado mundial, mais se intensifica a modernização industrial e menos atenção se dá à instrução pública. Assim, a efetiva implantação da modernização educacional

em Santa Catarina, por meio da instalação do que havia de mais avançado à época, ou seja, por meio de grupos escolares, não provém dos empresários modernos das regiões industrializadas, mas de um governo modernizador, posto que personificado em fazendeiro pecuarista dos campos de Lages, administrando o estado num palácio localizado numa ilha não-industrializada. O novo horizonte cultural havia criado as condições da efetivação de grupos escolares.

School education of Santa Catarina in the period of tea's industry cycle

Abstract

This article investigates the school production history, organized in the region of tea reap and tea industrialization at north of province Santa Catarina (1880-1920). Experiences of material modernization of the manufactories were also utilized into teacher works, with the school group's invention. Therefore, this study introduces the public politics and the modern didactic organization of the primary instruction, that uses know-how and experiences of the manufactory labour. Collections of laws, governmental correspondences and reports, and manufactories documents were utilized as basis of this study that conclude with the contradictions occurred into community and into government.

Keywords: Education's history of Santa Catarina. Public policies of Santa Catarina. Material production and no-material production. Didactic's organization.

Notas explicativas

¹ O cancheamento é um ciclo que abrange as operações de sapeco, secagem e malhação da erva-mate.

² A dissertação do professor Mafra está em elaboração.

³ Abdon Batista nasceu em 1851, em Salvador, e formou-se médico, vindo a radicar-se em São Francisco do Sul, em 1870; depois, em Joinville, onde desempenhou quase todos os cargos públicos. Na virada do século XIX para o XX, foi o principal político da cidade e muito respeitado em todo o estado por assumir a liderança do Conselho dos Intendentes. Foi prefeito do município de 1915 a 1921, ano em que faleceu. Associou-se às empresas, primeiro de Oscar Schneider, prefeito de 1907; depois, criou a empresa A Baptista & Cia., de erva-mate. Elegeu-se sucessivamente para vários cargos, atuando, então, por intermédio do Partido Republicano Catarinense. De 1880 a 1922, exerceu de fato o papel de “coronel” da política, adversário de Hercílio Luz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rufino. **A Importância da Companhia Industrial e da erva-mate na região de Joinville**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2005.

ARANHA, L. F. S. **O Mercado Ervateiro**. São Paulo: Ed. USP, 1967.

ASSUMPÇÃO, P. I. de. O Ensino Profissional na Aula e na oficina. **A União**, out. 1918.

BACHL, A. **Estrada Dona Francisca**. In: CENTENÁRIO DE JOINVILLE, Joinville, 9 mar. 1951.

BOSSLE, O. P. **História da industrialização catarinense**: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

CENTENO, C. V. **Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CINTRA, M. C. **O Processo de Aprendizado do Ofício de Alfaiate em Florianópolis (1913-1918)**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2004.

CORREA FILHO, V. **Ervais do Brasil e ervateiros**. Rio: Ministério da Agricultura, 1957.

FAGUNDES, José; RIBAS, Joaquim Osório. **Monografia de Porto União**. Palmas: Kayganguê, 2002.

FERNANDES, F. A. **Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1981.

FICKER, C. **História de Joinville**. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965. p. 311.

_____. **São Bento do Sul** – subsídios para a sua história. Joinville: Impressora Ipiranga, 1973.

FIORI, N. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e políticas de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1991.

GONÇALVES, J. A. **Finanças Públicas de Santa Catarina (1880-1929)**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2004.

GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. **Parecer sobre a adoção de obras didacticas**. Florianópolis: Gab. TYP. D'O dia, 1911.

_____. **Relatório**. Joinville, 1909.

HOFF, S. A Ocupação do norte. In: PAZ, F. (Org.). **Cenários de economia e política, Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 25-40.

_____. **O Movimento da produção agrícola e a instalação de escolas no meio rural de Maringá**. Maringá: Ed. UEM, 1984.

_____. **O Movimento da produção de excedentes numa região pioneira: nas pegadas do trabalho – café e idéias**. Maringá: Ed. UEM, 1983.

HOFF, S.; FADEL, J.; LEAL, L. L. A Escolarização no Meio Rural e sua Relação com o Trabalho. **Revista Unimar**, Maringá: Ed. UEM, v. 6, n. 1, p. 51-69, 1984.

JORNAL DO COMMERCIO. Joinville, 1911.

KUBO, E. M. A. **Legislação do currículo das escolas do ensino primário e secundário no Paraná: 1853-1889**. Curitiba: Ed. UFPR, 1985. Relatório.

KORMANN, José. **Historia de La Yerba Mate y Su Región Mercosur**. Universidad de Leon – Espanha, 2001.

LAZIER, Hermógenes. **Origem de Porto União da Vitória**. Porto União, 1985.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1969.

MAFRA, Antônio. **A história da erva-mate e o desenvolvimento regional de São Bento do Sul**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)–Universidade do Contestado *Campus* de Canoinhas, Canoinhas, 2008. No prelo.

MIGUEL, M. E. B. O Significado da educação pública no Império (Paraná Província) In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

MIGUEL, M. E. B.; SAIZ, P. G. A. Organização da Escola Primária Pública do Paraná: período provincial. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas: Ed. Unicamp, n. 22, [2006].

NÓBREGA, Paulo de. **Ensino público, nacionalidade e controle social: política oligárquica em Santa Catarina na primeira república (1900-1922)**. Florianópolis: Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **O Ensino primário da província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Sece/BPPR, 1986.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Hucitec, 1981.

PRIMITIVO, M. **A Instrução e as províncias**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1940.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Gab. Typ. D' O dia, 23 jul. 1911. (Biblioteca Pública de Florianópolis).

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1997.

SANTA CATHARINA (Estado). **Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910**. Reforma do ensino publico. Florianópolis, 1910.

_____. **Regimento Interno dos Grupos Escolares, em cumprimento ao Decreto n. 588 de 22 de abril de 1911.** Florianópolis, 1911.

_____. **Regulamento Geral da Instrução Pública em execução da Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910.** Florianópolis, 1911.

SANTOS, J. A. dos. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, M. T. et al. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 206-224.

SAVIANI, D. et al. (Org.). **O Legado do Século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, O. R. da. **Canoinhas** – notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Ed. IBGE, 1941.

THOMÉ, N. **Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado.** Caçador: Fundação Universidade do Contestado, [2004].

WACHOWICZ, L. A. **Relação professor/Estado:** um estudo da política elaborada para o magistério no Paraná Tradicional, de 1853 a 1930. São Paulo: Ed. PUC, 1981.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Ed. Professor, 1968.

_____. **Obrageiros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Tipografia Vicentina, 1982.

WESTPHALEN, C. M. A Erva-mate e a madeira. In: ELKHATIB, F. (Org.). **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

WOYCEK, Carlos. A escola de aprendizes da Paraíba. In: REUNIÃO DA ANPED, 23., 2001, Caxambu. **Anais...**Caxambu, 2001. 1 CD-ROM.

Recebido em 26 de fevereiro de 2008

Aceito em 19 de março de 2008